



Simulado Especial

Pós-Edital

TRT BA

**Analista Judiciário - Oficial de
Justiça Avaliador**

Simulado Especial

Simulado TRT BA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT BA;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-BA-AJOJA-08-10>

- | | | |
|------------------|------------------|------------------|
| 01 - (A B C D E) | 21 - (A B C D E) | 41 - (A B C D E) |
| 02 - (A B C D E) | 22 - (A B C D E) | 42 - (A B C D E) |
| 03 - (A B C D E) | 23 - (A B C D E) | 43 - (A B C D E) |
| 04 - (A B C D E) | 24 - (A B C D E) | 44 - (A B C D E) |
| 05 - (A B C D E) | 25 - (A B C D E) | 45 - (A B C D E) |
| 06 - (A B C D E) | 26 - (A B C D E) | 46 - (A B C D E) |
| 07 - (A B C D E) | 27 - (A B C D E) | 47 - (A B C D E) |
| 08 - (A B C D E) | 28 - (A B C D E) | 48 - (A B C D E) |
| 09 - (A B C D E) | 29 - (A B C D E) | 49 - (A B C D E) |
| 10 - (A B C D E) | 30 - (A B C D E) | 50 - (A B C D E) |
| 11 - (A B C D E) | 31 - (A B C D E) | 51 - (A B C D E) |
| 12 - (A B C D E) | 32 - (A B C D E) | 52 - (A B C D E) |
| 13 - (A B C D E) | 33 - (A B C D E) | 53 - (A B C D E) |
| 14 - (A B C D E) | 34 - (A B C D E) | 54 - (A B C D E) |
| 15 - (A B C D E) | 35 - (A B C D E) | 55 - (A B C D E) |
| 16 - (A B C D E) | 36 - (A B C D E) | 56 - (A B C D E) |
| 17 - (A B C D E) | 37 - (A B C D E) | 57 - (A B C D E) |
| 18 - (A B C D E) | 38 - (A B C D E) | 58 - (A B C D E) |
| 19 - (A B C D E) | 39 - (A B C D E) | 59 - (A B C D E) |
| 20 - (A B C D E) | 40 - (A B C D E) | 60 - (A B C D E) |

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo

Considerados isoladamente, os problemas da economia mundial eram, com uma exceção, menos sérios. Mesmo entregue a si mesma, ela continuaria a crescer. Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev, a economia devia entrar em outra era de próspera expansão antes do fim do milênio, embora isso pudesse ser por algum tempo dificultado pelos efeitos posteriores da desintegração do socialismo soviético, pelo colapso de partes do mundo na anarquia e na guerra, e talvez por uma dedicação excessiva ao livre comércio global, sobre o qual os economistas tendem a ser mais deslumbrados que os historiadores. Apesar disso, o espaço para expansão era enorme. A Era de Ouro, como vimos, foi basicamente o grande salto avante das “economias de mercado desenvolvidas”, talvez vinte países habitados por cerca de 600 milhões (1960). A globalização e a redistribuição da produção continuariam a trazer para a economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congênitos tinham de admitir que era uma perspectiva encorajadora para os negócios.

A grande exceção era o aparentemente irreversível alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo, processo um tanto acelerado pelo desastroso impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo, e a pauperização de muitos países ex-socialistas. A menos que houvesse uma espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo, parecia provável que o fosso continuaria ampliando-se. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso. Uma economia mundial que se desenvolvia pela geração de desigualdades tão crescentes estava, quase inevitavelmente, acumulando encrencas futuras.

Contudo, de qualquer forma, atividades econômicas não existem nem podem existir isoladamente de seu contexto e conseqüências.

Adaptado de HOBBSAWN, Eric. “A Era dos extremos”. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

01. A visão da economia no final do século XX para o autor

- a) enfatiza a importância que tiveram os países ricos no desenvolvimento das nações pobres.
- b) leva em conta, como critério fundamental para o desenvolvimento da economia, a separação das nações “ex-socialistas”.
- c) faz reconhecer uma expectativa positiva no cenário econômico, mesmo com percalços sociais e políticos.
- d) aponta como único saldo positivo a emergência do liberalismo econômico em nações capitalista e socialistas até o final da década de 1990.
- e) salienta a importância que os países ex-socialistas, que fomentaram o descrédito dos países ricos.

02. Estabelecem entre si uma relação de oposição os seguintes segmentos:

- a) (...) *os problemas da economia mundial eram (...) menos sérios / (...) ela continuaria a crescer.*;
- b) *Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev (...) / (...) a economia devia entrar em outra era de próspera expansão;*
- c) *A grande exceção era o (...) abismo entre os países ricos e pobres (...) / (...) impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo;*
- d) (...) *espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo (...) / (...) o fosso continuaria ampliando-se.*;
- e) (...) *geração de desigualdades tão crescentes (...) / (...) acumulando encrencas futuras.*

03. Há adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Foi-nos legado do final do século XX um cenário econômico de desigualdade que não fez jus às expectativas criadas pelos economistas da época.
- b) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com os problemas sociais oriundos do desenrolar do final do século XX.
- c) Era de se esperar que ao menos algumas das nações desenvolvidas no século XIX venham a perpetrar-se no poder.
- d) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo final do século XX, possivelmente hoje não estejamos a enfrentar todos as suas consequências sociais.
- e) Ainda que os economistas do século XX viessem a pensar de forma diferente as metas projetadas para o próximo século, não impedirão o crescimento da desigualdade.

04. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos.

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento *em que o comércio internacional irrestrito permitiria* por

- a) cujo comércio internacional irrestrito permitiria;
- b) do qual o comércio internacional irrestrito poderia permitir;
- c) para que internacionalizar o comércio permitiria;
- d) de que a não restrição do comércio internacional permitiria;
- e) em cuja falta de restrição do comércio internacional permitiria.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que desejem, tem país que não consegue se desenvolver em face das dificuldades socioeconômicas que o determinam.
- b) O autor do texto está convicto sobre o sucesso que a economia pode vir a ter no futuro, a depender das decisões de cada governante.
- c) Argumentam-se no texto que o desequilíbrio entre países ricos e pobres é um fator determinante para um possível desenvolvimento da economia global.
- d) A menos que houvessem mais oportunidades igualitárias para países ricos e pobres, não terá sucesso o processo.
- e) Às expectativas e provisões de economistas e políticos devem corresponder sua realização, para que não se frustrem o desenvolvimento das nações.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo

Depois de muito meditar sobre o assunto concluí que os casamentos são de dois tipos: há os casamentos do tipo tênis e há os casamentos do tipo frescobol. Os casamentos do tipo tênis são uma fonte de raiva e ressentimentos e terminam sempre mal. Os casamentos do tipo frescobol são uma fonte de alegria e têm a chance de ter vida longa.

O tênis é um jogo feroz. O seu objetivo é derrotar o adversário. E a sua derrota se revela no seu erro: o outro foi incapaz de devolver a bola. Joga-se tênis para fazer o outro errar. O bom jogador é aquele que tem a exata noção do ponto fraco do seu adversário, e é justamente para aí que ele vai dirigir a sua cortada - palavra muito sugestiva, que indica o seu objetivo sádico, que é o de cortar, interromper, derrotar. O prazer do tênis se encontra, portanto, justamente no momento em que o jogo não pode mais continuar porque o adversário foi colocado fora de jogo. Termina sempre com a alegria de um e a tristeza de outro.

O frescobol se parece muito com o tênis: dois jogadores, duas raquetes e uma bola. Só que, para o jogo ser bom, é preciso que nenhum dos dois perca. Se a bola veio meio torta, a gente sabe que não foi de propósito e faz o maior esforço do mundo para devolvê-la gostosa, no lugar certo, para que o outro possa pegá-la. Não existe adversário porque não há ninguém a ser derrotado. Aqui ou os dois ganham ou ninguém ganha. E ninguém fica feliz quando o outro erra - pois o que se deseja é que ninguém erre... E o que errou pede desculpas; e o que provocou o erro se sente culpado. Mas não tem importância: começa-se de novo este delicioso jogo em que ninguém marca pontos...

A bola: são as nossas fantasias, irrealidades, sonhos sob a forma de palavras. Conversar é ficar batendo sonho pra lá, sonho pra cá...

Rubem Alves

- 06.** No texto, o autor tem a intenção, sobretudo, de
- contrapor o tênis e o frescobol – duas práticas esportivas com raquetes e bolas;
 - defender a prática do tênis, mesmo sendo uma atividade cruel e competitiva;
 - mostrar o amadorismo do frescobol, que aceita partidas sem vencedores;
 - fazer uma reflexão sobre o casamento ao aludi-lo a práticas esportivas;
 - defender o casamento que necessita de diálogo por toda a vida.

- 07.** Assinale a alternativa que traz passagem que faz referência indireta ao casamento:
- concluí que os casamentos são de dois tipos: há os casamentos do tipo tênis e há os casamentos do tipo frescobol (1º parágrafo);*
 - O tênis é um jogo feroz. O seu objetivo é derrotar o adversário.(2º parágrafo);*
 - O frescobol se parece muito com o tênis: dois jogadores, duas raquetes e uma bola. (3º parágrafo) ;*
 - E o que errou pede desculpas; e o que provocou o erro se sente culpado. (3º parágrafo);*
 - A bola: são as nossas fantasias, irrealidades, sonhos... (4º parágrafo).*

- 08.** A *pois o que se deseja é que ninguém erre*. Os termos sublinhados podem ser substituídos, sem prejuízo para o sentido, por:
- o qual ninguém erre;*
 - ninguém errar;*
 - que ninguém erra;*
 - ninguém ter errado;*
 - ninguém vir a errar.*

09. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Ao final do texto é possível entender, porque da comparação do autor.
- b) O autor, se reconheceu na descrição do jogo de tênis.
- c) Não se havia descrição, de como as pessoas viviam entre o tênis e o frescobol.
- d) Percebe-se que o casamento é um estado ambíguo - Para alguns é sinônimo de felicidade, e para outros, em contraste, remete a estresse.
- e) Indignado, o autor tenta entender os relacionamentos baseados na competição.

10. (...) e faz o maior esforço do mundo para devolvê-la (...)

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- a) teria feito;
- b) fizera;
- c) tinha feito
- d) é feito;
- e) são feitos.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICA

Eduardo Mocelin

11. A negação da afirmação "Se Paulo come palmito, então Fernando come figo" é

- a) Paulo não come palmito e Fernando come figo.
- b) Paulo não come palmito e Fernando não come figo.
- c) Paulo come palmito e Fernando não come figo.
- d) Se Paulo não come palmito, então Fernando come figo.
- e) Se Paulo não come palmito, então Fernando não come figo.

12. Analise as afirmações a seguir.

I. Se a bola é quadrada, então o refresco é de tamarindo.

II. Se o refresco não é de tamarindo, então o sanduíche é de presunto.

III. O sanduíche não é de presunto.

Logo, é correto concluir que

- a) a bola é quadrada.
- b) o refresco é de tamarindo.
- c) a bola não é quadrada.
- d) o refresco não é de tamarindo.
- e) a bola é quadrada e o refresco é de tamarindo.

13. Quarenta pessoas estão de mãos dadas formando uma grande roda. Arnaldo e Berlinda estão de frente um para o outro, ou seja, ocupam posições diametralmente opostas na roda. Arnaldo solta a mão de uma das pessoas ao seu lado e abre a roda, que se transforma numa fila com as pessoas de mãos dadas.

Se Arnaldo é a primeira pessoa da fila, qual é a posição ocupada por Berlinda?

- a) 40ª
- b) 39ª
- c) 21ª
- d) 20ª
- e) 19ª

14. Três amigos, Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, realizaram um bolão e ganharam na loteria uma premiação de R\$ 50.000,00. Desse total, 30% do valor foi retido para pagamento de tributos, e o restante foi dividido entre os três em partes diretamente proporcionais ao número de tíquetes com que cada um contribuiu para realizar o bolão. Sabendo-se que Arnaldo contribuiu com 2 tíquetes, Bernaldo contribuiu com 3 e Cernaldo contribuiu com 5, o valor líquido recebido por Bernaldo é:

- a) R\$ 7.000,00
- b) R\$ 10.000,00
- c) R\$ 10.500,00
- d) R\$ 15.000,00
- e) R\$ 17.500,00

15. Jean, estagiário de férias de um banco de investimentos, anotou ao longo de 13 dias o número de e-mails recebidos:

9	12	11	6	17	5	11	6	5	12	9	18	9
---	----	----	---	----	---	----	---	---	----	---	----	---

A diferença entre a mediana e a média dos números anotados por Jean é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. Nos termos da Lei no 8.112/90, com relação ao processo administrativo, é certo que da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou

- a) suspensão de até 15 dias.
- b) suspensão de até 30 dias.
- c) suspensão de até 45 dias.
- d) suspensão de até 90 dias.
- e) demissão ou destituição de cargo em comissão.

17. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 5ª Região, o Tribunal Pleno é composto pela totalidade dos seus Desembargadores efetivos.

Acerca do Tribunal Pleno, são competências, exceto:

- a) determinar aos Juízes de primeira instância a realização dos atos processuais e das diligências
- b) eleger e dar posse ao Presidente do Tribunal e demais cargos de direção
- c) decidir sobre os casos de invalidez de Magistrados de primeiro ou segundo grau
- d) designar o Desembargador que redigirá o acórdão
- e) elaborar e alterar o Regimento

18. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 5ª Região, sobre as sessões extraordinárias,

- a) todas serão convocadas pelo Tribunal Pleno.
- b) naquelas do Tribunal Pleno, seu ofício de convocação deverá ser, em regra, remetido em 5 (cinco), exceto na hipótese de matéria administrativa, quando a convocação poderá ser feita com, pelo menos, 3 três dias.
- c) no Tribunal Pleno, quando tiver por objeto matéria urgente, a convocação poderá ser feita com, pelo menos, 01 (um) dia de antecedência.
- d) realizar-se-á em dia e hora previamente fixados.

e) dos Órgãos do Tribunal reunir-se-ão ordinariamente, em dia e hora previamente fixados e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do respectivo Presidente, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

19. Leia as afirmativas abaixo, referentes à Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

I. É vedada a elaboração de modelos e formulários padronizados para assuntos que não importem pretensões equivalentes.

II. A competência é irrenunciável.

III. A avocação temporária de competência será permitida por motivos relevantes devidamente justificados, sendo atribuída a órgão hierarquicamente inferior ou de mesmo grau hierárquico

IV. Os atos administrativos deverão ser motivados de forma explícita, clara e congruente, sendo vedado mencionar declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) apenas as afirmativas II e III são falsas.
- c) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) apenas as afirmativas II e IV são falsas.
- e) apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

20. O setor de Tecnologia da Informação (TI) de um órgão público está fazendo um levantamento no que diz respeito às informações armazenadas em seu banco de dados, pesquisando acerca da compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas pelos titulares, de acordo com o contexto do tratamento. Tal análise realizada pelo setor de TI, observa ao princípio da

- a) finalidade
- b) necessidade
- c) prevenção
- d) segurança
- e) adequação

DIREITO ADMINISTRATIVO/LEGISLAÇÃO

Fabiano Pereira

21. O Governador do Estado de Fabianolândia pretende instituir uma entidade dedicada ao desenvolvimento de atividades na área de saúde pública. Para tanto, encaminhou à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei criando a entidade, que deverá assumir a natureza jurídica de

- a) Fundação pública de direito público;
- b) Fundação pública de direito privado;
- c) Organização Social;
- d) Organização da Sociedade Civil;
- e) Empresa pública.

22. Pode-se afirmar que para o Direito Administrativo, poder de polícia é aquele que:

- a) a Administração pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa;
- b) o Estado exerce com o objetivo de limitar e condicionar o exercício de direitos e atividades, assim como o gozo e uso de bens particulares em prol do interesse da coletividade;
- c) a Administração pública exerce para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes;
- d) tem o agente público, mediante concessão legal, para escolher, entre várias alternativas possíveis, aquela que melhor atende ao interesse coletivo;

e) a Administração pública tem para expedir atos normativos, chamados regulamentos, compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la.

23. Analise o seguinte trecho: “é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância ou aquiescência”. Trata-se de:

- a) Autoexecutoriedade;
- b) Tipicidade;
- c) Presunção de veracidade;
- d) Presunção de legitimidade;
- e) Imperatividade.

24. De acordo com a Lei Federal n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, serão observados nos processos administrativos, sem prejuízo de outros, os critérios de, **exceto**:

- a) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
- b) divulgação oficial de todos os atos administrativos;
- c) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão
- d) atuação conforme a lei e o Direito;
- e) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

25. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92) prevê a aplicação de sanções àqueles que praticarem condutas caracterizadas como atos de improbidade e que devem ser necessariamente dolosas. Não se trata de sanção prevista expressamente no texto da Lei 8.429/92 a

a) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;

b) proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

c) perda da função pública;

d) liquidação compulsória das empresas beneficiárias ou envolvidas em atos de improbidade;

e) pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.

26. Doquinha, servidor do TRT da 5ª Região, deseja extinguir ato administrativo praticado em desacordo com o ordenamento jurídico vigente e que configurou vício de finalidade. Nesse caso, pode-se afirmar que o ato administrativo:

- a) deve ser cassado, pois contém vício insanável;
- b) deve ser anulado, pois contém de vício insanável;
- c) pode ser convalidado, pois contém vício sanável;
- d) pode ser revogado, pois se trata de vício sanável;
- e) pode permanecer no mundo jurídico, pois se trata de vício sanável.

27. A empresa Doquinha S/A, prestadora de serviços contratada pelo TRT da 5ª Região, requereu a majoração do contrato administrativo, com o fim de ajustá-lo à inflação oficial divulgada pela União Federal. A autoridade competente decidiu atender ao pedido, celebrando o respectivo termo aditivo e encaminhando para fins de divulgação e publicação no programa da rádio a “Voz do Brasil”. A respeito da publicidade no caso narrado, assinale a assertiva correta:

a) o ato administrativo não produzirá seus efeitos pretendidos, pois viola o princípio da impessoalidade;

- b) o ato administrativo produzirá seus efeitos pretendidos, pois a veiculação da prática do ato em qualquer dos programas, inclusive comerciais, da Empresa Brasileira de Comunicação (empresa pública), atende ao princípio da publicidade;
- c) o ato administrativo não produzirá seus efeitos pretendidos, pois violado o princípio da publicidade;
- d) o ato administrativo não produzirá seus efeitos pretendidos, pois violado o princípio da formalidade;
- e) o ato administrativo produzirá seus efeitos pretendidos, já que a coletividade, em geral, fora cientificada, através dos programas televisivos, da sua existência, preenchendo, pois, o dever de publicidade.

28. Segundo Hely Lopes Meirelles, ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Em relação à doutrina dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) A invalidação, em regra, produz efeitos ex nunc.
- b) A revogação produz efeito ex nunc.
- c) A invalidação produz sempre efeito ex tunc.
- d) A invalidação de ato da Administração não pode ser feita pelo Poder Judiciário.
- e) A convalidação produz sempre efeito ex nunc.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

29. Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim não se admite a prisão do Depositário infiel. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Revisão Constitucional.
- c) Plebiscito.
- d) Mutação Constitucional.
- e) Reclamação constitucional

30. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolve mudar de partido político.
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipóteses de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

31. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

32. No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue a assertiva correta

- a) Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional em casos de Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.
- c) A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.

d) As normas que consubstanciam os direitos fundamentais não tem aplicação imediata.

e) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, ainda assim o indivíduo não poderá ser privado de seus direitos.

33. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

34. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

35. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

36. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.

- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

37. De acordo com os entendimentos consolidados do TST a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), é correto afirmar que:

- a) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, excepcionadas as horas extras e adicionais eventuais.
- b) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais .
- c) É do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.
- d) O FGTS não incide sobre as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior.
- e) Incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

38. Davi, empregado de determinada empresa sediada no Estado da Bahia, foi contratado para trabalhar presencialmente no município de Salvador, tendo seu regime de trabalho sido alterado posteriormente para o teletrabalho, mediante mútuo acordo entre as partes.

Nesta hipótese, considerando as regras celetistas do teletrabalho, é correto afirmar que:

- a) Davi é considerado trabalhador externo.
- b) a legalidade do teletrabalho de Davi depende de sua realização fora das dependências do empregador de maneira preponderante, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação.
- c) caso Davi compareça de modo habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas, que exijam sua presença, estará descaracterizado o regime de teletrabalho.
- d) o empregador deverá instruir os empregados quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, sendo que a legislação proíbe que Davi se responsabilize pela observância das instruções fornecidas pelo empregador.
- e) no ano de 2022, o empregador poderá determinar, unilateralmente, seu retorno ao trabalho presencial, concedendo prazo de transição mínimo de quinze dias, sendo certo que, caso Davi tenha se mudado com sua família para outra localidade, o empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

39. Julgue as assertivas abaixo:

- I. Faculta-se ao empregador determinar, unilateralmente, que o empregado passe a laborar em outro estabelecimento de sua empresa, dentro da mesma cidade, mesmo que seja mais distante de sua residência, desde que lhe assegure suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
- II. Por força do princípio da intangibilidade salarial, a legislação trabalhista veda qualquer espécie de redução do valor dos salários, inclusive a supressão do pagamento de adicionais.
- III. As alterações do horário de trabalho do empregado, dentro da mesma jornada, são, em geral, lícitas, razão pela qual considera-se lícita a ampliação do intervalo de almoço de 1 hora para 2 horas, mesmo resultando que o empregado termine sua jornada uma hora depois do inicialmente praticado.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

40. Julgue os itens abaixo:

- I. Quando um empregado decide aderir a um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), recebendo uma indenização por este motivo, não há que se falar em recebimento de aviso prévio, de saldo de salário ou de 13º salário proporcional.
- II. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, regulamentado por meio da Lei 12.506/2011, somente é assegurado nas rescisões de contratos de trabalho celebrados a partir da publicação da referida Lei.
- III. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias em até dez dias contados a partir do término do contrato, admitindo-se ao analfabeto o pagamento rescisório apenas em dinheiro ou depósito bancário.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

41. Acerca dos casos especiais de jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. O TST tem entendido que o trabalhador em atividade de digitação equipara-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.
- II. O empregado que é submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada 1h40min, mesmo que não labore em câmara frigorífica.
- III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

42. Julgue os itens abaixo:

- I. O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- II. As horas extras laboradas em período noturno deverão ser remuneradas cumulativamente com o adicional noturno à razão de 20% e com o adicional de horas extras à razão de, pelo menos, 50%.
- III. Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

43. Julgue os itens abaixo em relação à proteção à maternidade:

- I. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde a exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.
- II. Segundo dispõe a CLT, caso tenha havido aborto, criminoso ou não, ao final da gestação, não caberá licença-maternidade, embora a trabalhadora tenha direito a repouso semanal remunerado de duas semanas.
- III. Para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de uma hora cada um, sendo que, quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. Além disso, tais horários

dos descansos deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

44. Julgue os itens abaixo no tocante aos efeitos da extinção do contrato de trabalho:

- I. Caso o empregado tome a iniciativa de extinguir seu contrato de trabalho, sem conceder aviso prévio ao empregador, este não poderá descontar daquele os salários correspondentes ao prazo respectivo, em virtude do princípio da intangibilidade salarial.
- II. O empregado não pode renunciar ao aviso prévio, mesmo que comprove ter obtido novo emprego.
- III. Nas situações em que há extinção da empresa ou do estabelecimento, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- IV. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

45. Possui caráter salarial a seguinte utilidade ou parcela:

- a) gorjetas.
- b) gueltas.
- c) vale cultura.
- d) participação nos lucros e resultados da empresa.
- e) comissões recebidas por vendas realizadas.

46. A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- b) normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) regulamento empresarial, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher.
- e) valor nominal do décimo terceiro salário.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

47. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe o incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos processos trabalhistas.
- b) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- c) A instauração do incidente interrompe o processo.
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de cognição, cabe recurso de imediato.

e) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de execução, cabe agravo interno, desde que garantido o juízo.

48. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas insculpidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal por envolver agente da União.
- b) a servidora municipal Afrodite deve ajuizar ação para reivindicar direitos relativos ao vínculo estatutário na Vara do Trabalho do município em que reside.
- c) a empregada Iris deve propor reclamação trabalhista, em regra, na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade.
- d) a competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede, como regra geral, em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor.
- e) o empregado Thor, que é viajante comercial da empresa Delta e atua em todo Estado do Piauí, deverá propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Teresina, Capital do Estado do PI.

49. Assinale a alternativa correta de acordo com o processo do trabalho.

- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- b) As testemunhas arroladas pelas partes deverão ser intimadas para comparecer à audiência de instrução e julgamento, com cinco dias de antecedência da realização do ato.
- c) As partes e testemunhas serão inquiridas diretamente por seus representantes ou advogados, podendo ser reinquiridas, a critério do juiz.
- d) Cada parte poderá ouvir até três testemunhas por fatos articulados ou pedidos formulados pelas partes.
- e) Apresentado documento pela parte durante a audiência de instrução e julgamento, o juiz abrirá prazo de cinco dias para que a parte adversa possa se manifestar sobre a prova.

50. Assinale a alternativa correta sobre as nulidades no processo do trabalho.

- a) No processo do trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- b) A parte que der causa a nulidade deverá argui-la à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
- c) A nulidade fundada na incompetência do foro não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- d) As nulidades relativas poderão ser arguidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, vedado o reconhecimento de ofício pelo magistrado.
- e) Reconhecida e declarada a nulidade do ato processual, todos os atos subsequentes ao anulado deverão ser refeitos.

51. No processo do trabalho, o recurso de agravo de instrumento:

- a) Não possui previsão normativa.
- b) Pode ser interposto em relação às decisões interlocutórias em geral desde que proferidas em audiência.
- c) É cabível para atacar sentença sem julgamento do mérito.
- d) É cabível frente à decisão de não recebimento do agravo de petição.
- e) É cabível em relação à decisão que indefere a petição inicial.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

52. Acerca da invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) É anulável o negócio jurídico quando a lei proibir sua prática, sem cominar sanção.
- b) A simulação opera a nulidade do negócio jurídico, impedindo, desse modo, a produção de seus regulares efeitos, quem em relação às partes, quer em relação a terceiros.
- c) Quando a anulabilidade resultar da falta da autorização de terceiro, será impossível a sua convalidação.
- d) Decai em 4 anos o prazo de decadência para anular-se o negócio jurídico viciado por erro, contando-se o prazo do dia da celebração negocial.
- e) A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, e a invalidade das obrigações acessórias induz a da obrigação principal.

53. Acerca do direito das obrigações assinale a alternativa correta.

- a) Ocorre novação quando o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- b) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito, mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.
- c) A novação não extingue os acessórios e garantias da dívida.
- d) Não importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal.
- e) Não podem ser objeto de novação as obrigações nulas, anuláveis ou extintas.

54. Sobre usufruto, assinale a alternativa correta.

- a) Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.
- b) Os frutos naturais pendentes ao tempo em que cessa o usufruto pertencem ao usufrutuário.
- c) O usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- d) Incumbem ao nu-proprietário os tributos devidos pela posse da coisa usufruída.
- e) Em caso de morte do usufrutuário, o usufruto transmite-se aos seus herdeiros.

55. Acerca dos impedimentos matrimoniais e da invalidade do casamento, assinale a alternativa correta.

- a) Não podem casar os afins em linha reta e em linha colateral.
- b) É nulo o casamento dos colaterais em 4º grau.
- c) Não se anulará, por motivo de idade, o casamento de que resultou gravidez.
- d) O casamento pode ser anulado por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, incluindo-se na hipótese a ignorância, anterior ao casamento, de

doença mental grave que, por sua natureza, torne insuportável a vida em comum do cônjuge enganado.

- e) O prazo para se intentar a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, é de 2 anos, se incompetente a autoridade celebrante.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thálius Moraes

56. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Todas as ações ficam suspensas durante o período de férias forenses, onde as houver.
- d) Além dos dias declarados em lei, os domingos, para efeito forense, são considerados feriados, os sábados, contudo, são considerados dias úteis.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

57. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação.

- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

58. Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

59. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- b) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

60. Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
- c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- d) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.
- e) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-BA-AJOJA-08-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>